



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo temático: Questão agrária, urbana e ambiental

Desfazendo a dicotomia campo/cidade em busca da soberania alimentar

Fernanda do Vale Santos¹
Flavia Vargas Amarante²
Maiara Batista da Silva³

Resumo: Esse trabalho pretende fazer um breve relato e análise de uma experiência de extensão realizada pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O projeto direciona-se no sentido de fortalecer a política de reforma agrária através da atuação em um Assentamento da Reforma Agrária, no município de Nova Iguaçu. O objetivo dessa experiência é contribuir na melhoria das condições de vida das famílias dos assentamentos rurais através da organização produtiva referenciada no modelo agroecológico. Esse trabalho incidirá na forma como foi implementado esse projeto, os resultados alcançados e os desdobramentos para novas intervenções.

Palavras chaves: Assentamentos rurais; Agroecologia; Movimentos sociais.

Abstract: The present paper has as objective making a short report and analysis of the experience of the extension from the Federal University of Rio de Janeiro. The project seeks to strengthen the Agrarian Reform politics trough the direct action within an MPA settlement located in Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. The specific objective of the projet is to contribute in the improvement of the living conditions through the productive system based on the agroecological model. This paper will focus on the methods of the implementation of the project, the results achieved, and the possibilities unfold to new interventions.

Keywords: Rural settlements; Agroecologie; Social movements.

Introdução

Esse trabalho pretende fazer um breve relato e análise da experiência de extensão realizada pela Escola de Serviço Social da UFRJ em um Assentamento da Reforma Agrária, no município de Nova Iguaçu. A implementação do projeto ocorreu em função da existência nessa unidade de ensino de uma turma de Serviço Social para Assentados da Reforma Agrária. Essa experiência iniciou em 2011 e é uma iniciativa

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do projeto de extensão "Assentados da Reforma Agrária e Universidade". E-mail: <fernanda_vally@hotmail.com>.

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do projeto de extensão "Assentados da Reforma Agrária e Universidade". E-mail: <flaviavargas@gmail.com>.

³ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do projeto de extensão "Assentados da Reforma Agrária e Universidade". E-mail: <maiara_spma@hotmail.com>.

dessa Escola em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Essa turma ingressou na UFRJ em 2011 e sua conclusão aconteceu em 2016. O ingresso destes estudantes na Universidade provocou grandes debates, principalmente da necessidade de garantir uma formação de qualidade e que aliasse o ensino articulado com a pesquisa e a extensão. Para dar conta dessa proposta contemplando a extensão como uma dimensão importante da formação, foram elaborados projetos de extensão que deveriam ocorrer no período de implementação deste curso.

O projeto que se pretende analisar neste trabalho, denomina-se “Assentados da Reforma Agrária e Universidade”. O seu início ocorreu em 2013 e foi implementado em um Assentamento Rural do município de Teresópolis no estado do Rio de Janeiro. A finalização desta etapa culmina com a elaboração de uma nova edição em 2015 e sua renovação em 2016, que deveria ser implantado no município de Nova Iguaçu, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como Baixada Fluminense. Nessa última edição estendeu-se à participação de estudantes do curso regular da UFRJ, contando com a participação de alunos de Serviço Social, Ciências Sociais e Biologia.

A escolha do município de Nova Iguaçu ocorreu em função da proximidade com a cidade do Rio de Janeiro. Este município tem se tornado, nos últimos anos, alvo da especulação imobiliária em função de sua localização privilegiada, o que deixa as áreas agrárias cada vez mais vulneráveis. Existem na região vários assentamentos da reforma agrária, grande parte deles criados nos anos 80 e que se mantem até hoje, mas as condições de reprodução se tornam cada vez mais difíceis. A proposta que se colocou aos participantes do projeto de extensão implica na importância de aprofundar a relação entre universidade e realidade agrária através de ações que fortalecessem o campesinato e a agroecologia contribuindo, com isso, com a organização dos assentamentos e das comunidades rurais. Os objetivos desse projeto seriam melhorar as condições de vida das famílias dos assentamentos rurais através do fortalecimento da organização produtiva referenciada no modelo agroecológico, o debate da soberania alimentar e aproximação do campo com a cidade. A reflexão deste trabalho incidirá na forma como foi implementado esse projeto, os resultados alcançados e os desdobramentos para novas intervenções.

Um breve resgate acerca da trajetória do debate da agroecologia

A organização dos movimentos e lutas sociais no campo, no Brasil, confunde-se com a história de ocupação do espaço agrário e a da consolidação das relações capitalistas no campo, sempre marcadas pela concentração e monopólio das terras e da riqueza. As lutas e a resistência expressas através da organização de diversos sujeitos, voltam-se à luta pelo acesso à terra e contra o latifúndio e tiveram início com os índios e negros, mas se expressam de forma contundente através dos movimentos camponeses tendo como seus maiores representantes as Revoltadas de Canudos e Contestado, no final do século XIX e início do século XX. As Ligas Camponesas, em meados do século XX, podem ser consideradas uma das maiores expressões de luta e resistência camponesa e é através desse movimento que a bandeira da reforma agrária se torna a maior reivindicação e ganha espaço nas agendas governamentais abortada pelo regime de exceção que é implementado no Brasil, em 1964.

A história contemporânea revive esses momentos de luta, principalmente a partir dos anos 80, período marcado por um amplo processo de redemocratização da sociedade brasileira. O ressurgimento da luta pela terra que levou a constituição de uma diversidade de movimentos tendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como o maior expoente, pode ser considerado uma recriação da luta e contestação à forma de organização do espaço agrário em nosso país, sustentada na concentração da terra e na expropriação de grande maioria da massa de trabalhadores. O surgimento da luta pela terra reacendeu a contestação contra o latifúndio e o atraso que esse representa e repôs a centralidade da reforma agrária nas reivindicações dos trabalhadores rurais e na agenda política do Estado.

Nos anos posteriores essa luta ganha força e o MST se torna um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil. Soma-se a esse o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde meados dos anos 70 vem contribuindo para a construção da luta pela terra no Brasil.

Esse fortalecimento da luta pela terra nesse período possibilitou a ampliação das pautas de luta e a conquista da terra se tornou uma das bandeiras mais importantes. O resultado disso, embora a falta de investimentos do Estado na Reforma Agrária, foi a implementação de centenas de assentamentos em todo o território brasileiro.

Com isso, novas demandas surgem ao MST e aos demais movimentos que

lutam pela terra e se assentam na necessidade de viabilizar os assentamentos rurais, o que significaria garantir que a produção atendesse as necessidades de reprodução dos assentados e suas famílias. Isso ocorreu, principalmente pelo fracasso dos primeiros assentamentos e a evasão de um grande número das famílias para a cidade.

Inicialmente o MST passou a incentivar a organização de cooperativas de produção e de comercialização e o uso de maquinário e insumos agrícolas para produzir bens para o mercado capitalista. O que diferenciaria a produção nos assentamentos com a grande propriedade produtora de grãos para a exportação seria a utilização de estratégias de coletivização dos meios de produção, inclusive a terra, da atividade produtiva e da produção. Além disso, o movimento estimulou a criação de agroindústrias, o que se justificava pela necessidade de ser mais competitivos no mercado capitalista.

Segundo Borsotto e Carmo (2013), esse modelo tinha em vista a construção de grandes fazendas:

[...] fortemente mecanizadas, com utilização intensiva de agroquímicos, especializadas, com agroindústrias para transformação da mercadoria, nas quais todos os meios de produção seriam coletivos. Preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial, pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e, concomitantemente, desenvolver a consciência revolucionária. Isso desenvolveria nesses cooperados sua consciência de classe e os levaria a trocar seus interesses predominantemente pessoais – oriundos, segundo a teoria, de sua condição de camponês –, por interesses coletivos – vistos como superiores. As relações tradicionais ou camponesas eram os principais alvos de suas críticas (BORSOTTO; CARMO, 2013, p. 6).

Um fator importante na definição desse modelo para os assentamentos foram os programas de crédito e assistência técnica dos órgãos públicos que operaram o desenvolvimento de uma agricultura nos moldes produtivistas. A consequência mais séria foi o processo de endividamento das famílias assentadas e das cooperativas, pois era necessário comprar insumos e tecnologia.

Em relação ao aspecto produtivo, esse modelo se baseava exclusivamente nas proposições da *Revolução Verde*, fato que levou os assentados a dependerem do mercado para aquisição de todos os insumos necessários à produção agrícola. Ademais, como produziam majoritariamente *commodities* para o mercado, também ficaram na dependência dos oligopsônios agroindustriais em relação aos preços auferidos por sua produção.

A falência desse modelo produtivo se manifesta de forma contundente a partir de meados da década de 90, momento em que novos temas passam a fazer parte do debate do MST. A discussão sobre a agroecologia avança no interior das instâncias do

movimento e a partir de então se torna uma nova referência para a organização da produção dos assentamentos da reforma agrária. No IV Congresso Nacional do MST que ocorre em 2000, que o Movimento assume de forma explícita a agroecologia como alternativa ao modelo produtivo hegemônico.

A partir de 2001, a agroecologia e a sua vinculação ao desenvolvimento sustentável se tornam as principais bandeiras do Movimento e pautam a necessidade de enfrentar a questão ambiental. Sua articulação com a Via Campesina Internacional e a participação no Fórum Social Mundial, consolida a opção pela agroecologia e fortalece a oposição ao modelo produtivo hegemônico e às grandes empresas multinacionais que controlam os mercados de agrotóxicos e sementes no Brasil. Várias ações foram empreendidas nesses últimos anos contra as grandes empresas, principalmente a Syngenta, Bayer, Bunge, Monsanto, Aracruz Celulose, Votorantin, Nestlé, entre outras.

Nos anos mais recentes esse debate e a incorporação do modelo agroecológico nos assentamentos vem crescendo e, após o VI Congresso Nacional realizado em 2014, incorpora-se a agroecologia como estratégia para avançar na reforma agrária no Brasil que passa ser chamada de popular e vai fazer parte da Proposta de Reforma Agrária Popular do Movimento.

Ainda segundo Borsatto e Carmo:

Aponta-se que esse discurso agroecológico vem sempre profundamente vinculado a duas outras temáticas afins, a da soberania alimentar e da luta contra o agronegócio. Isso, por sua vez, aproxima o Movimento cada vez mais das demandas de seus agentes, isto é, dos agricultores, pois introspecta em seu seio ideias e características que sempre estiveram presentes no modo de produzir (ou viver) dos camponeses (BORSOTTO; CARMO, 2013, p. 7).

Dentro dessa dinâmica, durante a década de 1990 em um contexto de grave situação de seca no sul do país e a falta de subsídios do Estado, no que se refere a produção de alimentos – que deixam os camponeses à margem dos investimentos públicos, que privilegiam as grandes monoculturas – os camponeses começam a se mobilizar por melhores condições de vida e uma alternativa aos movimentos e entidades representativas já existentes. Assim, surge o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Oficializado como movimento em 1996, no Rio Grande do Sul, o MPA logo se espalhou por outros estados do Sul, Espírito Santo e Rondônia. Integra a Via Campesina, organização internacional de camponeses composta por movimentos e trabalhadores de todo o mundo e atualmente está organizado em dezessete estados brasileiros. Refere como seu principal objetivo

[...] a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para

todo o povo brasileiro, garantindo assim a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate de identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais.⁴

O movimento busca uma alternativa contra hegemônica de produção de alimentos e energia, numa perspectiva agroecológica. Esta experiência que tenta romper com a lógica dominante, é denominada de “Alimergia”. Ela pode ser entendida como um modo de produzir alternativo que visa estabelecer relações sociais e ambientais de maneira equilibrada, buscando a construção da Soberania Alimentar e Energética de maneira integrada. O MPA e a prática agroecológica estão articulados na defesa dos mesmos valores que são: a não exploração do homem e da mulher por outras pessoas, o alimento saudável, sem agrotóxico e sem transgênico, preços justos na comercialização. A agroecologia é tomada pelo movimento para além de uma ciência biológica, passando a ocupar o patamar de motivação para o conhecimento e práticas de valores em direção à harmonia entre sociedade e natureza.

A Alimergia é um projeto de reconstrução das florestas e educação ambiental do MPA em parceria com a Petrobras localizado no estado do Rio Grande do Sul e compreende 35 municípios. Esse projeto impactou em 2012 com uma das maiores ações de recuperação de áreas degradadas. A prática do Projeto Alimergia contribuiu na formulação do Plano Camponês, política pública criada em 2013, de maior impacto estadual na área de transição agroecológica e abastecimento popular de alimentos. O programa camponês tem como princípio o estímulo a cooperação, crédito desbancarizado e desburocratizado, transição agroecológica massiva, investimento nas unidades de produção camponesa, processamento e agro industrialização dos produtos, unidades de beneficiamento de sementes, biofabricas de insumo, armazenagem, logística e distribuição dos alimentos.

Os territórios camponeses são exemplos de relações socioeconômicas e culturais que tem como base principal a produção de alimentos para o sustento da família e a venda do excedente para o restante da sociedade. Entendemos a agricultura camponesa como sendo a principal forma de garantir a Soberania Alimentar e a produção agroecológica.

⁴ Movimento dos Pequenos Agricultores Brasil. Disponível em: <http://mpabrasil.org.br/>. Acesso em março/2017.

A experiência de extensão universitária

A invisibilidade da questão agrária no estado do Rio de Janeiro, e mais ainda na região da Baixada Fluminense onde se situa o assentamento, encobre as profundas contradições presentes na realidade das famílias trabalhadoras que buscam seu sustento com a produção na agricultura. A extensão, entendida como um meio pelo qual a universidade cumpre sua função social, seria um rico instrumento que possibilitaria a democratização do conhecimento, a troca entre o saber acadêmico e o popular e o atendimento às demandas da comunidade. O projeto iniciou-se com a seleção de cinco estudantes da turma de Assentados da Reforma Agrária e a definição da equipe que faria parte. Passaram a constituir essa equipe dois docentes e onze estudantes da turma regular de Serviço Social da UFRJ.

O primeiro passo foi estabelecer contato com as instituições públicas e privadas do município onde seria realizado o projeto e que poderiam contribuir com a proposta em algumas fases. Buscou-se, também, estabelecer contato e parceria com representantes dos movimentos sociais da região, principalmente o MST e o MPA, através de seus representantes que atuavam nesse município. Essa articulação foi fundamental, pois o ingresso da equipe e o processo de mobilização das famílias residentes no assentamento teve a assessoria destes movimentos, o que facilitou o contato com as famílias assentadas.

Como segundo passo, fez-se o contato com as famílias residentes no assentamento. Nesta fase o objetivo foi conhecer os trabalhadores que participariam do projeto, identificar as demandas destas famílias e avaliar o seu potencial produtivo. Neste primeiro levantamento identificou-se a capacidade produtiva destas famílias que se voltava a produção de alimentos. O debate centrou-se na necessidade de produção de produtos agroecológicos e a assessoria da equipe do projeto foi fundamental para aprofundar essa discussão. O grande desafio apresentado pelas famílias foi o domínio das técnicas para a produção nesses moldes e o grande gargalo apresentado foi a comercialização destes produtos. Várias dificuldades se antepunham e podem-se citar as mais importantes: o pouco acesso desses produtores aos consumidores urbanos, a concorrência com os grandes supermercados – apesar de não oferecer produtos livres de agrotóxicos e de transgênia – o monopólio dos mercados dos municípios dessa região, principalmente do Rio de Janeiro. Além disso, o desconhecimento da população urbana acerca dos malefícios destes produtos, dificulta a inserção de produtos saudáveis, muitas

vezes com um preço um pouco mais elevado em função dos custos de produção mais altos.

Neste momento, identificou-se também, algumas demandas referentes ao acesso às políticas sociais, principalmente na área da previdência, moradia e saúde. Considerando que essa é uma área privilegiada do Serviço Social, esses dados tornaram-se referência no momento de elaboração do planejamento das atividades. Após essa fase de diagnóstico, a equipe, juntamente com os representantes dos movimentos sociais e com a participação da comunidade elaborou a proposta de intervenção que deveria ocorrer de março a mês de dezembro de 2015.

Para facilitar o diálogo com as famílias que participariam do projeto, iniciaram-se as atividades no assentamento realizando reuniões e oficinas onde se expôs a proposta de intervenção. Debateu-se acerca dos pontos identificados como demandas das famílias e optou-se por iniciar com a discussão acerca dos direitos previdenciários dos trabalhadores do campo. Essas atividades foram fundamentais, pois além de ampliar os conhecimentos acerca desses direitos, possibilitou o estreitamento da relação com os trabalhadores, e com os representantes dos movimentos sociais.

No que se refere a demanda pelo apoio e assessoria na gestão da produção local dos assentamentos, identificou-se que os agricultores estavam intensificando o uso de sementes comercializadas no mercado, compostas por sementes híbridas e transgênicas, em substituição as “sementes vivas” e crioulas. Esse é um fator importante para entender o crescimento da cadeia de consumo de pacotes de sementes, e a redução da autonomia e soberania dos pequenos agricultores no cultivo de seus produtos, pois estas sementes industrializadas necessitam de outros produtos inorgânicos para efetividade de sua germinação e produção.

Para diminuir essa dependência ao mercado no que se refere às sementes, iniciou-se a distribuição de sementes crioulas, sendo estas coletadas das próprias famílias do assentamento ou de outras comunidades que já desenvolviam essa atividade. Isso abriu possibilidade de um banco de sementes da região, com o objetivo de desenvolver um espaço de armazenagem para que um determinado grupo de camponeses se organizasse para troca e manutenção das espécies locais, evitando a perda de variedades e a dependência de sementes disponíveis no mercado da agroindústria.

Esta atividade exige um constante acompanhamento para que não haja perda de

qualidade ou até mesmo do tempo máximo para germinação das sementes, o que favorece um maior laço de cooperação entre os camponeses, que se organizam para reposição das sementes, catalogação, controle de ambiente e outras atividades relacionadas a manutenção do banco de sementes.

Todo este processo possibilitou a construção de uma identidade coletiva do grupo, que a partir dos laços de cooperação permitiram uma circulação das diferentes espécies e variedades de sementes, e assim promoveram o debate sobre a autonomia dos pequenos produtores em relação aos meios de produção e até mesmo sobre a soberania alimentar, fomentada por discussões entre os camponeses, movimentos sociais e a universidade, que instigavam a importância da preservação da biodiversidade e da agroecologia.

Quanto ao segundo desafio apresentado, que se refere à produção e que está relacionado a distribuição dos alimentos produzidos, definiu-se em concordância com todos os participantes do projeto, que se deveria investir na comercialização direta aos consumidores urbanos. As possibilidades de participação em feiras locais e o fornecimento de alimentos para o poder público através dos programas governamentais, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – que se destina a distribuir alimentos das comunidades rurais para as escolas públicas dos municípios, se propondo a fortalecer a agricultura familiar e colaborar com o enfrentamento a fome e pobreza – ficaram inviabilizadas no primeiro momento, à medida que deveriam cumprir alguns requisitos. A alternativa encontrada foi a elaboração da proposta que passou a se denominar “Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis”. Teve início a partir desse momento a comercialização dos produtos produzidos no assentamento no espaço da universidade.

A Barraca Camponesa iniciou no Campus Praia Vermelha da UFRJ com uma periodicidades quinzenal e era organizada pela equipe do projeto em parceria com o MPA. Essa estratégia permitiu uma relação mais próxima da comunidade acadêmica com os camponeses, ampliando, com isso, o diálogo entre campo e cidade. Para além da intervenção da equipe do projeto no assentamento, os camponeses agora estavam inseridos no espaço universitário, podendo se comunicar e se relacionar com toda comunidade acadêmica e do entorno do campus.

Todas essas atividades ocorriam conjuntamente a uma agenda de debates promovidos na universidade, buscando promover a “Campanha permanente contra os

agrotóxicos e pela vida” – esforço coletivo construído por um conjunto de organizações e pesquisadores – e a Jornada Nacional por Soberania Alimentar no Estado do Rio de Janeiro – organizada por membros do projeto e representante do MPA – por meio de seminários com objetivo de fomentar o diálogo entre os trabalhadores do campo e da cidade.

A Barraca Camponesa inicialmente garantia um retorno financeiro que atendia as necessidades de alguns camponeses. Entretanto, a participação ficava restrita a algumas famílias e grande parte daquelas que apresentavam uma composição da renda familiar menor, enfrentavam dificuldades de se inserir nessa atividade. Elaboraram-se, com isso, novas estratégias que permitiriam a participação de todos os envolvidos na cadeia de produção.

Neste contexto, avaliando conjuntamente, decidiu-se iniciar uma experiência com um novo modelo de comercialização da produção, por meio da “Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis”. Esta também ocorre quinzenalmente, mas se diferencia da Barraca apenas pelo modelo de disponibilização dos produtos, que agora passam a ser encomendados com antecedência e entregues posteriormente, numa organização mais estruturada, que permite aos camponeses continuarem seu ritmo de produção.

Na primeira experiência disponibilizaram-se cestas com itens pré-selecionados, de acordo com a disponibilidade de produção dos camponeses. Eram somente quatro modalidades de cestas diferentes que poderiam ser escolhidas entre os consumidores. A experiência se apresentou viável e foi se expandindo nos meses posteriores.

Diante desta demanda, avaliou-se que a cesta seria formada por itens de livre escolha, com valor mínimo por pedido de R\$50,00. A experiência foi bem aceita pelos consumidores urbanos e a demanda aumentou consideravelmente. Para além do quantitativo financeiro arrecadado nessa atividade que totaliza em torno de R\$ 14.213,00 neste ano, valor distribuído entre as famílias produtoras, o que se depreende disso é a importância de garantir esse espaço de diálogo entre os trabalhadores da cidade e do campo que se dá prioritariamente através da alimentação.

A proposta de interlocução dos trabalhadores do campo e da cidade tem se expandido e atualmente a entrega da cesta camponesa não se dá somente no espaço da universidade. Foram criados núcleos de distribuição e a criação de um site onde os alimentos são encomendados de acordo com a sazonalidade de cada produto. Os núcleos são compostos por trabalhadores da cidade e do campo e membros do projeto,

com o propósito de serem pontos de encontros fixos, em que os consumidores no momento da compra escolhem o local mais próximo de sua residência para retirar seu pedido com a regularidade quinzenal e horários de encontros fixos.

Já são seis núcleos na cidade do Rio de Janeiro – Botafogo, Catete, Copacabana, Estácio, Lapa e Tijuca – e um em Niterói, município da região metropolitana do Estado. O objetivo vai além da distribuição das cestas, buscando alcançar as pessoas politicamente no que tange a alimentação saudável e também a valorização dos pequenos produtores, com a estratégia de aproximar a relação e o diálogo entre o campo e a cidade. No ano de 2016 foi realizado inclusive um encontro entre os núcleos e os produtores rurais no município de Nova Iguaçu. Uma confraternização muito enriquecida no debate crítico sobre soberania alimentar, a realidade do cotidiano dos pequenos agricultores, como se constrói o processo da cesta e seus desdobramentos em busca de seu aprimoramento e fortalecimento, buscando desfazer a dicotomia entre campo e cidade.

O espaço da universidade funcionou como um laboratório para avaliar a receptividade da população para com esta modalidade de comercialização de alimentos, que permite uma maior e mais direta relação com os trabalhadores do campo, promovendo uma relação de confiabilidade em relação à origem e destino da produção, sem interferência de grandes supermercados e intermediários que regidos pelo lucro não colocam como prioridade a qualidade dos alimentos e permitiu que a experiência pudesse se expandir e alcançar outras partes da cidade e Estado.

Considerações finais

A avaliação feita pela equipe do projeto em conjunto com as famílias do assentamento e os representantes dos movimentos sociais concluiu que os objetivos que haviam sido definidos foram alcançados. Ficou claro que é possível a construção de alternativas para a produção e consumos de alimentos saudáveis. A continuidade do projeto para o ano de 2017, possui novas demandas que foram surgindo no decorrer de sua implementação, como o aprimoramento do sistema de entrega e melhorias no site. Deve-se iniciar uma nova etapa e pretende-se investir da forma mais sistemática na produção agroecológica. O projeto contará com a colaboração de outras instituições de ensino e com profissionais da área das ciências agrárias, o que possibilitará o equacionamento de alguns desafios na área técnica. A atividade da Cesta Camponesa

deverá se expandir para outros espaços da cidade e Estado e consolidar os núcleos no que tange a organização e gestão de compras, entregas, materiais de divulgação pelos trabalhadores urbanos que foram estabelecendo interlocução com o projeto e com os representantes dos trabalhadores e dos movimentos sociais no decorrer dos últimos anos.

O projeto agora caminha para o aprofundamento da pesquisa nos assentamentos a fim de atualizar e refinar as análises sobre as condições socioeconômicas, políticas e ambientais dos assentamentos e as famílias neles residentes. Deverão ser realizadas atividades que ampliem e aproximem cada vez mais os consumidores dos trabalhadores do campo como mutirões e debates que socializem as políticas as quais a população do campo tem direito, desde as relacionadas às políticas sociais e de financiamento para manutenção das condições de permanência no campo e de aprimoramento do processo produtivo dentro da perspectiva da agroecologia e agricultura familiar. As áreas de saúde, previdência, educação, geração de renda e moradia são eixos que estão sendo estudados para que o projeto de extensão venha a se integrar cada vez mais as necessidades desses camponeses.

Ademais, entende-se que o projeto possibilitou uma maior aproximação com uma temática bastante ausente na universidade que é a questão agrária. Os estudos que foram sendo realizados concomitantes às atividades extensionistas foram contribuindo para o aprofundamento desta questão pelos estudantes e pelos demais envolvidos. Os desdobramentos se darão, também, na área da pesquisa, principalmente no que se refere ao estudo da questão agrária no Rio de Janeiro, das condições de vida e trabalho dos trabalhadores do campo e das possibilidades e limites de atuação do profissional de Serviço Social na realidade agrária.

Referências

ANDRADE, M. R., M. C. Di PIETRO. As Aprendizagens e os Desafios na Implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: Andrade, M. R., et al. **A Educação na Reforma Agrária em perspectiva**. Brasília: PRONERA, 2004. p. 37-57.

BORSATO, Ricardo Serra e CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, Oct./Dec. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7352, de 4 de nov. 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm> Acesso em: 30 nov. 2011.

CORDEIRO, Georgina; REIS, Neila da Silva, HAGA, Salomão. Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES BRASIL. **História**. Disponível em: <mpabrazil.org.br>. Acesso em: 1º mar. 2017.

SILVA, Marcelo Leal Teles da (Org.). **Projeto Alimergia**. Candiota: Instituto Cultural Padre Josimo, 2016. p. 22-28.